

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano II - nº 18 - Jul./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573

LUCIANE DA SILVA PRADO

Um olhar além do laudo.



POIESIS

Catarina Maul

Isac dos Santos Pereira

Manuel Francisco Neto

DESTAQUES

A EDUCAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIOEDUCATIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA
Profª. Dra. Joseneide dos Santos Gomes



A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA
Profª. Pamela Cristina Alvares Araujo



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 18 de Julho de 2021 - ISSN 2675-2573

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Manuel Francisco Neto (Angola)

Vilma Maria da Silva

Organização:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

AUTORES(AS)

Adriana Santos Ramos

Carla Ferraz

Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira

Débora Miriam Bezerra de Andrade

Faustino Moma Tchipesse

Fernanda Xavier Fontana Oliveira

Gisele Aparecida Padilha Vilela

Joseneide dos Santos Gomes

Luiz Ricardo Fueta

Marcela Knablen de Souza

Maria Aparecida da Silva Rocha

Miriam Ferreira

Natali Ricarte Cardoso

Neiva Luiza Martins de Oliveira

Silvia Harue Yogui

Pamela Cristina Alvares Araujo

Paulo Cordeiro Leite

Rosinalva de Souza Lemes

Sileusa Soares da Silva

A

São Paulo
2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Denise Mak
Manuel Francisco Neto (Angola)
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo
Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Profa. Me. Ivete Irene dos Santos
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo-SP - Brasil

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.

Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial.

Filiada à:



Publicada por:

Edições **Livro Alternativo**

A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 18 (jul. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

142 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.18>

www.primeiraevolucao.com.br

ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

07 HOMENAGEM

Luciane da Silva Prado

COLUNAS

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

133 POIESIS

Catarina Maul, Isac dos Santos Pereira, Manuel Francisco Neto.



ARTIGOS

* Destaque

1. REFLETINDO A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Adriana Santos Ramos	13
2. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA Carla Ferraz	17
3. ARTE, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira	23
4. LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Débora Miriam Bezerra de Andrade	31
5. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS ALUNOS DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM LUANDA Faustino Moma Tchipesse	35
6. PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL Fernanda Xavier Fontana Oliveira	47
7. OS CONHECIMENTOS E OS JOGOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Gisele Aparecida Padilha Vilela	55
★ 8. EDUCAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIOEDUCATIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA Joseneide dos Santos Gomes	59
9. AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM Luiz Ricardo Fuenta	67
10. A INCLUSÃO E A DISLEXIA NA EDUCAÇÃO Marcela Knablen de Souza	73
11. AS BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES, CONSIDERANDO OS ESPAÇOS FÍSICOS DOS CEIS Maria Aparecida Da Silva Rocha	77
12. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE AULA PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) Miriam Ferreira	85
13. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR Natali Ricarte Cardoso	89
14. UMA VISÃO REFLEXIVA PARA AS ARTES VISUAIS Neiva Luiza Martins de Oliveira	97
★ 15. A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA Pamela Cristina Alvares Araujo	101
16. ATRIBUIÇÕES DE DISCIPLINAS A PROFESSORES NÃO ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS A LECIONAR: IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS DE ENSINO EM SALA DE AULA Paulo Cordeiro Leite	109
17. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE ATUAL Rosinalva de Souza Lemes	115
18. O LETRAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Sileusa Soares da Silva	119
19. BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR Sílvia Harue Yogui	125
20. A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL Vilma Maximiano Vieira	133

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

NATALI RICARTE CARDOSO

RESUMO: A inclusão escolar de deficientes é um tema polêmico que vem sendo amplamente discutido pela sociedade. Com a intencionalidade de conhecer melhor o assunto, especialmente em relação à criança autista, é desenvolvida esta pesquisa. Pretende-se também definir o papel do professor e seu posicionamento, e de professores em formação, quanto a questões relativas ao assunto. A pesquisa foi dividida em cinco seções. Iniciando com um levantamento bibliográfico a respeito dos termos inclusão e integração, a seguir concepção histórica e conceito. A síndrome foi descrita de acordo com a literatura, considerando características, diagnóstico e formas de intervenção. E depois uma ênfase na educação e no papel da família para o auxílio do educando autista.

Palavras-chave: Acessibilidade. Autismo. Família. Professor. Formação Inclusão.

INTRODUÇÃO

O autismo é uma síndrome abstrusa que implica três importantes esferas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento. Ainda não é compreendida a causa corretamente, nem se há cura, até o presente momento apresenta apenas tratamento. (Bosa, 2002). Porém, há um consenso mundial de que, quanto antes forem diagnosticada e tratada, melhores são as possibilidades de maior qualidade de vida da pessoa diagnosticada como autista.

Este artigo buscará mostrar como acontecem as relações sociais, didáticas e metodológicas para inclusão da criança autista, analisando a perspectiva do desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural.

Neste sentido será compreendido sobre a observação do ambiente escolar, quanto aos aspectos pedagógicos, que orientam a prática educativa e uma profunda análise dos materiais e recursos propostos ao desenvolvimento dos processos de inclusão escolar da criança autista na instituição de ensino.

O objetivo principal desta pesquisa é discorrer sobre a inclusão no contexto escolar da criança autista.

Entende-se que para se discorrer sobre um ensino que contemple a todos os alunos, faz-se relevante discutir a formação dos professores, pois esses profissionais têm papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, físico e social dos alunos

A família exerce papel vital na educação de uma criança, primeiro lugar, mais do que o direito de cumprimento do poder familiar na escolha das opções educacionais dos filhos, possui o dever legal e a responsabilidade por decisões que atendam aos interesses dela, bem como proporcionar uma educação de qualidade para pleno desenvolvimento da cidadania da criança. (Sasaki, 1999)

CONCEITOS DE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A inclusão é um tema pertinente na atualidade, embora se encontre o termo integração em muitos documentos. Veremos como alguns estudiosos do assunto definem a terminologia empregada, para inserir, na sociedade, pessoas que anteriormente se excluíam.

Contamos com alguns pesquisadores que têm contribuído qualitativamente para essa definição: Mittler (2003), Sasaki (1997), Mantoan (2003), e Guijarro (2005). De acordo com Sasaki (1999), na passagem do século XX para o XXI, ocorreu uma fase de transição entre a integração e a inclusão; contudo, na prática, ambos os processos sociais coexistem por mais algum tempo até que, gradativamente, a integração esmaieça e a inclusão prevaleça.

Durante esse processo de transição, Sasaki (1999, p.45) coloca que, inevitavelmente, as duas disposições eram faladas e escritas com abundantes significações por pessoas distintas.

Algumas pessoas utilizam as palavras **integração** e **inclusão** [...], com sentidos distintos: a integração significando 'inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade' e a inclusão significando 'modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com deficiência buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania'.

Cabe destacar que integração e inclusão não são sinônimas. Integrar significa que a pessoa com deficiência é integrada na sociedade como um todo para adaptar-se a ela. Enquanto incluir é a pessoa com deficiência ser incluída nas várias instituições sociais e estas procurarem adaptar-se para melhor atendê-las, conforme suas necessidades e possibilidades.

Segundo Mittler (2003), existe uma disparidade autêntica de valores e de práticas entre inclusão e integração. Para o autor, integração significa que o aluno será preparado para frequentar às escolas regulares, mas não "há perspectiva de que as escolas mudarão para acomodar a diversidade cada vez maior de alunos" (MITTLER, 2003, p. 34).

O pesquisador coloca que a inclusão requer da escola uma reforma radical. "A inclusão representa uma mudança de mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo" (MITTLER, 2003, p. 36), celebrando, assim, a diversidade da justiça social e da igualdade de oportunidades.

Pesquisadoras como Mantoan (2003) e Guijarro (2005) afirmam que a inclusão escolar envolve transformação na organização pedagógica e administrativa, requer, basicamente, uma mudança de atitude face ao outro; é preciso saber conviver e respeitar as diferenças.

Valorização da diversidade como elemento que enriquece o desenvolvimento pessoal e social. As condições mais importantes para o desenvolvimento de uma educação inclusiva é que a sociedade em geral, e a comunidade educativa em particular, tenham uma atitude de aceitação, respeito e valorização das diferenças (GUIJARRO, 2005, p. 11).

É relevante destacar que, dependendo da organização da escola, ela tanto inclui como exclui o aluno, ou seja, quem não consegue acompanhar o conteúdo está fadado à exclusão. Essa realidade não é apenas para crianças com deficiência. A escola trabalha com aluno idealizado que muitas vezes não é o aluno real, e quem não se encaixa é marginalizado, excluído.

Por isso, Inclusão não é somente colocar o aluno deficiente dentro da escola, garantindo sua matrícula. Se não houver um trabalho diversificado, com um currículo flexível, aberto, propondo atividades significativas para o educando de acordo com sua realidade, bem como adaptações de seus elementos, não haverá inclusão, este aluno não estará aprendendo, adquirindo conhecimento, desenvolvendo suas potencialidades, interagindo com outros alunos e com o professor.

CONTEXTO HISTÓRICO DO AUTISMO

Desde o início do século XIX que foram descritos casos isolados de crianças com perturbações mentais graves e que revelavam distorção do processo de desenvolvimento. Nesta época, estas perturbações foram classificadas como "psicoses", assumindo-se que representavam alterações funcionais que surgiam num organismo previamente saudável (Ruiloba, 1999).

Fazendo uma rápida revisão na literatura (BOSA, 2002; ASSUMPCÃO JÚNIOR; KUCZYNSKY, 2015) percebemos que os primeiros relatos publicados sobre o autismo datam dos anos de 1940, sendo feitos por Leo Kanner, em 1943, e por Hans Asperger, em 1944. Nessas publicações os médicos "[...] forneceram relatos sistemáticos dos casos que acompanhavam e de suas respectivas suposições teóricas para esse transtorno até então desconhecido" (BOSA, 2002, p.22). Os estudos citados evidenciavam crianças que apresentavam comportamentos atípicos, em que, logo na infância, já apresentavam déficits nas esferas sociocomunicativa e comportamental, o que acarretava prejuízos qualitativos, principalmente na sua interação com os outros.

A partir de 1943, os conceitos de Transtorno do Espectro do Autismo, psicose e esquizofrenia se confundiriam e seriam usados de maneira intercambiável durante muitos anos, o que atualmente foi superado.

Historicamente procederam-se outros estudos e o autor conceitua três importantes momentos para conhecer a formação conceitual do autismo. Nos primeiros 20 anos de estudo de 1943 a 1963 o autismo era considerado essencialmente um transtorno emocional onde os pais eram os principais

responsáveis pela trágica alteração de seus filhos. No segundo momento de 1963 a 1983 ampliaram-se as pesquisas empíricas sobre o tema e ele passa a ser associado a transtornos neurobiológicos enfocando as alterações cognitivas mais do que as afetivas. Fato que motivou a criação de escolas dedicadas especialmente ao autismo e também novas escolas dedicadas especificamente ao autismo e também novos procedimentos de modificação de conduta para ajudar as pessoas autistas a se desenvolverem. (REVIERE, 2004)

Segundo Silva, Gaiato & Reveles (2012), só na década de 80, o autismo recebeu um reconhecimento especial, diferente da esquizofrenia, possibilitando o surgimento de um número maior de estudos científicos, a denominação do diagnóstico correto e com especificação dos critérios de inclusão. A partir desse acontecimento, o problema passou a ser tratado como uma síndrome, como um distúrbio do desenvolvimento e não mais como uma psicose.

Já em 2013, o autismo teve uma nova classificação, de acordo com o CID-11 (Internation Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems), sendo englobado no grupo dos TEA, qualificado no DSM-5. O mesmo classifica o autismo em áreas do desenvolvimento: “habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação e presença de comportamentos e interesses restritos” (KUBASKI, 2014, p. 15). Conforme essas características, Santos (2011) salienta que cada autista expõe seus comportamentos de maneiras diferentes, bem como os sintomas variam de leve a grave.

CONCEITUANDO O AUTISMO

O conceito de transtorno do desenvolvimento foi introduzido para caracterizar os transtornos mentais da infância que apresentam tanto um início muito precoce quanto uma tendência evolutiva crônica. Os Transtornos do Espectro do Autismo se enquadram bem nessa categoria, uma vez que são condições clínicas de início na primeira infância e com curso crônico. Dessa forma, a síndrome autista manifestada pela criança pequena costuma persistir no decorrer da vida, em que pesem as possibilidades de melhora clínica e funcional ao longo do tempo.

Segundo Cunha (2012, p. 20), “o termo ‘autismo’ deriva do grego ‘autos’, que significa ‘por si mesmo’ e, ‘ismo’, condição, tendência”. As crianças observadas pelo psiquiatra austríaco apresentavam as características de isolamento, igualmente demonstrada pelos esquizofrênicos, dando a impressão de que eles estavam presos em si mesmos. Porém, o diferencial era que no autismo esta condição já estava presente desde tenra idade

Já a definição encontrada na CID-10 (2000) é sobre o Autismo infantil: Transtorno global do desenvolvimento caracterizado por: a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (auto-agressividade).

Aarons e Gittens (1992) referem que as crianças autistas novas apresentam uma fisionomia perfeitamente normal, constatando-se, inclusivamente, que possuem feições faciais atrativas. Essa aparência atrativa estaria presente mesmo até nos casos de deficiência mental severa. As crianças autistas parecem perder as suas características de bebê rapidamente, isto é “Em vez de uma rechonchuda, fofa e indiferenciada cara de bebê, eles têm características ósseas altamente diferenciadas e finas. Podem ser quase de aparência aristocrática (...).” (Cunha, 2008, p. 68). No entanto, são salientadas outras características adicionais como a expressão facial vazia, olhar distante, caretas ocasionais e o evitar do contacto visual.

CONTEXTO ESCOLAR DA CRIANÇA AUTISTA

A comunidade escolar precisa conhecer e compreender as peculiaridades de cada educando para atuar com segurança acredita Cunha (2008, p.85), para quem é imprescindível que o professor invista “[...] tempo no conhecimento desse aluno através do cotidiano escolar para que se possa estabelecer as estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado”. Dessa forma, quanto maior o nível de entendimento do profissional da educação, melhor será o tipo de intervenção direcionado aos educandos com deficiência.

Nesta perspectiva, a escola deve conhecer as características da criança e prover as acomodações físicas e curriculares necessárias; treinar os profissionais continuamente e busca de novas informações;

buscar consultores para avaliar precisamente as crianças; preparar programas para atender a diferentes perfis visto que os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades; ter professores cientes que inclusive a avaliação da aprendizagem deve ser adaptada; educadores conscientes que para o autismo, conhecimento e habilidades possuem definições diferentes; analisar o ambiente e evitar situações que tenham impacto sobre os alunos, alterar o ambiente se for possível; a escola deverá prover todo o suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos incluídos.

Desse modo, acredita-se que a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças. Quando privamos os outros estudantes – os ditos “normais” – de conviverem com outras crianças com dificuldades visuais, motoras, auditivas, intelectuais ou com outras diferenças marcantes, tais como classe social, lugar de origem, religião, opção sexual etc., falhamos na sua formação, porque, quando adultas, talvez tenham menor facilidade de lidar com essas mesmas pessoas.

Considerando o papel do professor no processo de escolarização de pessoas com TEA, parece imprescindível o investimento em sua formação continuada para lidar com esse desafio. Destaca-se que um dos focos centrais da formação de professores, especialmente no caso do autismo, deve estar direcionado à desmistificação dessa síndrome, inclusive precedendo ao ensino de ferramentas e técnicas específicas para o trabalho docente (ORRÚ, 2010). Se como vimos acima, a percepção influencia a prática, uma ressignificação deste transtorno, com atenção às suas possibilidades e habilidades ao invés das limitações, pode favorecer uma mudança mais significativa na prática pedagógica do que o uso de técnicas especializadas para um sujeito com profundas limitações.

O professor deve se distanciar o máximo possível de ser um agente desmotivador da aprendizagem, assim como se relaciona com as outras pessoas, deve também tratar o aluno com necessidades especiais com respeito, amorosidade e ser um facilitador, transmitir segurança para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem.

É importante fazer com que o aluno se interaja com o meio, sentindo-se assim um participante da vida em comum. Coll. C, Palacios, J; Marchesi (1995) propõe que os professores encontram-se normalmente, diante de um grupo de alunos com diferentes níveis, na área comunicativa linguística. Crianças que diferem quanto aos usos que fazem da linguagem, em função da procedência geográfica, social e cultural.

Os professores necessitam estar alerta para esta realidade, e para as especificidades de sua turma. Ao suspeitar dos sintomas, precisa sugerir um encaminhamento clínico para a criança e depois de feito o diagnóstico do quadro, é importante a total dedicação ao aluno, em sala de aula, e ao longo do tratamento, que envolve em partes iguais a escola, a família e profissionais da saúde. A primeira tarefa do professor é resgatar a autoconfiança do aluno. Descobrir suas habilidades para que possa acreditar em si mesmo ao se destacar em outras áreas.

O papel do professor é direcionar um olhar flexível para cada aluno que possua ou não dificuldade, é buscar a compreensão da natureza desses bloqueios, buscar um diagnóstico especializado, uma orientação para melhorar rotina da criança, e se instrumentalizar. Além de estar em formação contínua.

A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA

A escola é o espaço mais multicultural que existe, lá as pessoas possuem funções e características distintas, mas uma mola propulsora que objetiva aprendizagem e mediação de conhecimentos constante, chamada educando. Segundo KLIN (2006) o meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. A escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber; segundo La Rosa, que aprendizagem deve ser ativa e estimulante (2006, p. 32).

Inclusa nesta escola existe um eixo organizacional e como tal há uma série de papéis que deve estar presente para que aconteça um equilíbrio entre o ensino, o educando, a instituição escolar e a sociedade (Mantoan 2003). Todos estes papéis devem ter configurações similares para que se possa atender e atingir os objetivos de qualquer escola e garantir uma aprendizagem transformadora de conhecimentos, preparando seus alunos para o meio social de que fazem parte num sentido amplo de cooperação e modificação mútuas para o desenvolvimento. (Riviére, 2004, p. 60).

Todavia, o educando, como indivíduo, é um ser complexo portador de liberdade e criatividade, podendo ou não aceitar o ensino que esta instituição ou educador promove, dependendo do seu potencial

de capacidade, de seus interesses e das influências externas que este auferi. Além disso, o êxito ou fracasso desta metodologia educativa dependerá da complementação do objetivo principal do educador, que é a compreensão e propiciar a aprendizagem, visando às necessidades individuais e sociais de seus educandos.

Numa perspectiva de escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e eixo principal de qualquer ação educacional; a garantia de sua trajetória no desenvolvimento de sua aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, primeira missão de toda Educação. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica.

Para que se faça valer uma qualidade pedagógica, é necessária uma transformação no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico. A começar por um Projeto Político Pedagógico que contemple a aprendizagem significativa dos educandos portadores de NEE.

Além disso, o êxito ou fracasso deste processo educativo dependerá da complementação do objetivo principal do educador, que é compreender e propiciar a aprendizagem, visando às necessidades individuais e sociais de seus educandos. Este assunto: o papel do professor na educação inclusiva será discutido na seção que se segue:

O PAPEL DO PROFESSOR

O professor deve se distanciar o máximo possível de ser um agente desmotivador da aprendizagem, assim como se relaciona com as outras pessoas, deve também tratar o aluno com necessidades especiais com respeito, amorosidade e ser um facilitador, transmitir segurança para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem.

É importante fazer com que o aluno se interaja com o meio, sentindo-se assim um participante da vida em comum. Coll (1995) propõe que os professores encontram-se normalmente, diante de um grupo de alunos com diferentes níveis, na área comunicativa linguística. Crianças que diferem quanto aos usos que fazem da linguagem, em função da procedência geográfica, social e cultural.

Os professores necessitam estar alerta para esta realidade, e para as especificidades de sua turma. Ao suspeitar dos sintomas, precisa sugerir um encaminhamento clínico para a criança e depois de feito o diagnóstico do quadro, é importante a total dedicação ao aluno, em sala de aula, e ao longo do tratamento, que envolve em partes iguais a escola, a família e profissionais da saúde. A primeira tarefa do professor é resgatar a autoconfiança do aluno. Descobrir suas habilidades para que possa acreditar em si mesmo ao se destacar em outras áreas.

O papel do professor é direcionar um olhar flexível para cada aluno que possua ou não dificuldade, é buscar a compreensão da natureza desses bloqueios, buscar um diagnóstico especializado, uma orientação para melhorar rotina da criança, e se instrumentalizar. Além de estar em formação contínua.

Para finalizar, o professor para buscar o acesso e permanência da criança autista na escola é fundamental a partir do conhecimento especializado da prática pedagógica. E uma das responsabilidades do educador é a de intervir na vida humana por meio da reflexão e da ação reflexiva, geradoras de estratégias pedagógicas para o bem comum do educando, através da busca de maneiras inovadoras, facilitadoras, diferenciadas e produtivas para a construção de uma melhor qualidade de vida para a pessoa autista. (SUPLINO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os distúrbios ou doenças psicológicas causam mais surpresa, desordem, ansiedade e sensibiliza muito o ser humano, da mesma forma, o autismo é considerado uma deficiência que impacta a família da criança autista. Pois visivelmente ela é imperceptível, acontece com crianças normalmente saudáveis e bonitas, que não demonstram sinais físicos de prejuízo, contudo o dano causado na criança, é totalmente de cunho social, como por exemplo, não fixar nos olhos das pessoas com quem conversam, se resguarda, não obtém estímulo para interagir com as pessoas.

A deficiência se depara com preconceitos e desinformações. Muitas vezes os familiares e a própria criança sofrem cm preconceitos tanto no ambiente escolar como fora dele. Desta forma, o objetivo principal dessa pesquisa é refletir sobre a participação da criança autista no ambiente escolar, auxiliando, assim, esclarecer qualquer posicionamento sobre o autismo. Para tanto, foi adotada uma perspectiva de assentimento para com o ser humano e suas diferenças.

O desempenho clínico demanda do profissional, primeiramente, uma tolerância com respeito à temporalidade única que especifica o universo destas crianças. Sabe-se que a temática do desenvolvimento do autismo é problemática, e que alguns profissionais precisam de planejamento para se desenvolver qualquer trabalho com autistas. Assim sendo, quando uma equipe multidisciplinar inicia um tratamento na criança autista, leva em consideração, o reconhecimento do valor significativo em toda a evolução da criança.

As crianças autistas, na impossibilidade em que se acham de constituir uma relação qualquer com semelhante – nem que seja de alienação - situam-se necessariamente num tempo lógico anterior à constituição do estágio do espelho. O estudo desde tempo lógico tornou possível articular de maneira interessante o papel de um agente Real no ato Simbólico que permite a constituição da imagem especular enquanto tal.

É preciso que haja uma relação para que se amenizem as dificuldades e se encontre os caminhos favoráveis ao pleno desenvolvimento do educando, tornando-se um ser ativo e participativo em sua sociedade. De maneira geral, observa-se que ainda é forte o fator “discriminação” em nossa sociedade, principalmente no que se refere ao deficiente.

Precisamos enquanto sociedade, possibilitar aos deficientes uma vida digna, onde estes passam exercer o direito à cidadania como qualquer cidadão, sem que se sintam excluídos e discriminados. Sendo que o início dessa conscientização deve atender a todos aqueles que a procuram, estando sempre aberto ao diálogo, tendo como principal objetivo o aluno, independente de suas características.

Considerando que ao brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos, as crianças também se apropriam do repertório da cultura corporal na qual estão inseridas, é importante resgatar os reais objetivos de tais ações na educação infantil dada a sua total relevância no desenvolvimento do ser. Logo, concluímos que para a criança brincar não é apenas um passatempo. Por meio do jogo simbólico, cada criança cria uma série de indagações a respeito da vida, as mesmas que mais tarde, já adulta, voltará a descobrir e ordenar, fazendo uso do raciocínio. O brincar contribui para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos.

Sendo assim, a questão primordial que a criança autista nos direciona é a da escuta do inqualificável. Nesse sentido, os sons de uma criança autista, no início do tratamento, podem ser considerados como signos apresentativos, que não admitem tradução e nem interpretação. Eles são imediatos, não podem ser reduzidos a uma interpretação, e não se prestam à compreensão cognitiva. Deve-se esclarecer que a presente pesquisa não intenciona esgotar as múltiplas perspectivas e dissensões teóricas acerca do autismo infantil, e sim abrir um espaço para novas reflexões e elaborações de trabalhos futuros. Assim, com a produção deste trabalho procuramos contribuir cientificamente para uma melhor compreensão da patologia em questão, além de incentivar a produção de outras reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARONS, M. & GITTENS, T. (1992). **The handbook of autism: a guide for parents and professionals**. London: Routledge. Traduzido por Alves
- ASSUMPCÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. 2. Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.
- BOSA, Cleonice. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BOSA, Cleonice. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- COLL, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- COSTA, Maria Ione Ferreira; NUNESMAIA, Henrique Gil da Silva. **Diagnóstico Genético e Clínico do Autismo Infantil**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0d/ANP/v56n1/1860.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- CUNHA, P. **A criança com autismo na escola: possibilidades de vivência da infância**. In: MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais** In: **Ensaio pedagógico - construído escolas inclusivas**. Um ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. P. 7-14.
- KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: Uma visão geral**. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2006
- KUBASKI, C. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo na perspectiva de seus professores: estudo de caso em quatro escolas do município de Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORRÚ, S. E. Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas. **Humanidades Médicas**, v.10, n.3, pp.1-11, 2010.

RIVIÈRE, Ángel. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, César; ÁLVARO, Marchesi; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação - Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, N. T. **Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Três ed. Rio de Janeiro; WVA, 1999.

SILVA, A. B. B. & GAIATO, M. B. & REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SUPLINO, M. **Inclusão escolar de alunos com autismo**. Petrópolis: Vozes, 2005.



Natali Ricarte Cardoso

Graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Artes Visuais pela Universidade Claretiano. Especialização em Educação Inclusiva pela Faculdade Campos Elísios (FCE). Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

MARIA ELENA DOS S
cer na vida e estudar,
DÊSTA
O CONTRIBUTO DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
www.primeiraevolucao.com.br



ORGANIZAÇÃO:
Vilma Maria da Silva
Manuel Francisco Neto

Filiada à:



AUTORES(AS):

- Adriana Santos Ramos
- Carla Ferraz
- Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira
- Débora Miriam Bezerra de Andrade
- Faustino Moma Tchipesse
- Fernanda Xavier Fontana Oliveira
- Gisele Aparecida Padilha Vilela
- Joseneide dos Santos Gomes
- Luiz Ricardo Fueta
- Marcela Knablen de Souza
- Maria Aparecida da Silva Rocha
- Miriam Ferreira
- Natali Ricarte Cardoso
- Neiva Luiza Martins de Oliveira
- Sílvia Harue Yogui
- Pamela Cristina Alvares Araujo
- Paulo Cordeiro Leite
- Rosinalva de Souza Lemes
- Sileusa Soares da Silva
- Vilma Maximiliano Vieira

 <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.18>



Edições
Livro Alternativo

www.primeiraevolucao.com.br

